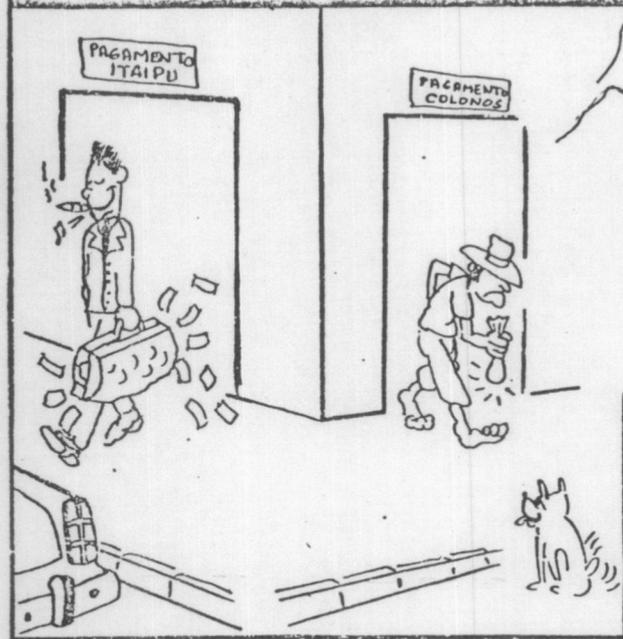


ITAIPU X AGRICULTORES

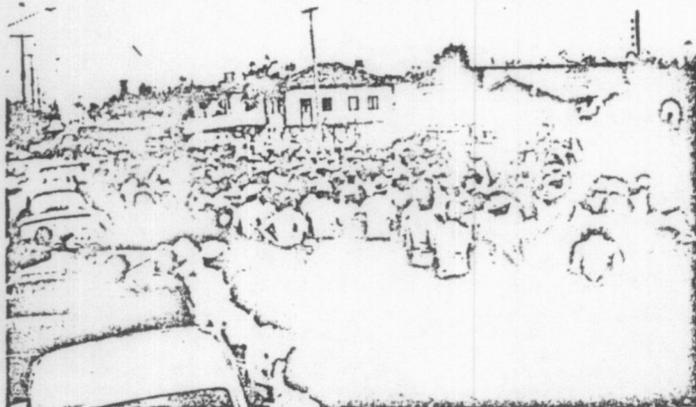


JORNALISTAS SOFRERAM EM SANTA HELENA



COLONOS PRESSIONAM ITAIPU

"PRAÇA DE GUERRA" EM SANTA HELENA



Momentos de angustiante expectativa foram vividos pelos funcionários do escritório da Itaipu Binacional de Santa Helena, a partir do dia 14 pp.

Aproximadamente 400 colonos, proprietários de terras desapropriadas pela Itaipu, acamparam naquele local interditando as ruas com caminhões, tratores e outras máquinas agrícolas, impedindo a entrada e saída dos funcionários e veículos da empresa. A decisão foi tomada na véspera por uma Comissão de Agricultores, apoiados pelo Sindicato Rural daquela cidade e Comissão Pastoral de Terra. Nas primeiras horas da manhã, apenas os agricultores de Santa Helena fizeram o movimento de protesto, proclamando a "CARTA DE SANTA HELENA" na qual solicitaram o atendimento de várias reivindicações. O teor da Carta de Santa Helena é o seguinte:

AO POVO, AO GOVERNO E À ITAIPU

"Ao ser decretada a construção da Hidrelétrica de Itaipu e no período que se seguiu, a empresa construtora não poupou palavras bonitas para nós, Agricultores, atingidos pelo plano de desapropriação de terras para a formação do futuro reservatório. Estas palavras foram ditas para que nós nos conformássemos com a situação. Para tal era prometido uma indenização justa, facilidades em adquirir novas terras por parte do INCRA, além de outras coisas lindas.

Passados 5 anos de pressão psicológica que acabou com a nossa paciência, o preço oferecido pelas terras na indenização não ultrapassa a metade do valor oferecido por propriedades idênticas, fora da área a ser desapropriada.

No que se refere ao reassentamento, até hoje nada foi feito. O INCRA está "atarefadíssimo" na titulação da área. Existem agricultores na área a ser desapropriada que nem foram procurados para entregarem cópias das escrituras e outros documentos para a titulação. Conforme programa oficial daqui a um ano teremos que sair da área. Os que já receberam indenização por primeiro já compraram novas terras e tiveram três colheitas nas mesmas.

Nós que ficamos por último perguntamos: COMO É QUE FICA A NÓSSA SITUAÇÃO?

Em vista desta situação viemos de público fazer um apelo dramático ao

Governo e à Empresa Construtora, para que pelo menos tomem consciência de nossa situação.

Querem nos expulsar para o Paraguai ou para a Amazônia. Pois com a indenização não conseguiremos comprar novas terras na região e no que se refere ao reassentamento no Paraná, que é o nosso maior desejo, até hoje nem ao menos foi cogitado.

GOVERNO e INCRA - Queremos terras no Paraná. Não nos expulsem. Sabemos plantar e colher, mas só no Paraná. **NÓS AGRICULTORES DA ÁREA ATINGIDA PELA ITAIPU EXIGIMOS:** Reajuste de 100% nos preços da indenização e também para os indenizados que ainda não receberam os cheques - Correção cada 90 dias - Receber o cheque no máximo em 15 dias - Indenização de nossas redes elétricas - Terras no Paraná - Maior rapidez por parte do INCRA. Ass. Agricultores da região da Itaipu. Santa Helena. 14 de julho de 1980.

AGRICULTORES DE OUTRAS CIDADES

Comunicados através de telefonemas ou por noticiários radiofônicos, grande número de agricultores das cidades de Marechal Cândido Rondon, Itacorá, Missal, Guaira e outras localidades, deslocou-se para Santa Helena. Na parte da tarde, aproximadamente 1.500 agricultores se aglomeravam defronte o escritório da Itaipu. Várias carretas carregadas de gêneros alimentícios foram estacionadas no local, para garantirem comida aos agricultores, segundo disseram, por 30 dias. Um serviço de auto-falante, denominado de "RÁDIO JUSTIÇA E PAZ" foi instalado em cima de um caminhão no qual vários oradores fizeram inflamados discursos justificando a atitude tomada contra a Binacional. O acampamento foi montado com inúmeras barracas de lona e plástico, onde se abrigavam os participantes do movimento. Dupla de cantores com acordeão e violão, inclusive mocinhas, animavam o espetáculo Chimarrão e pinga à vontade, cigarro de palha e muitos já falavam em fazer "um bom churrasco". Até um pequeno boteco se achava instalado no local, vendendo comida e bebidas. Faixas e cartazes com dizeres alusivos ao movimento foram espalhados nas indenizações e colados nos parábrisis e parte trazeira dos milhares de veículos es-

cionados.

Ciente do movimento, através de seu escritório naquela cidade, A Diretoria da Itaipu enviou para Santa Helena o seu Diretor Jurídico Adjunto, Dr. Paulo José Nogueira da Cunha e alguns assessores, promovendo uma reunião da qual participaram os membros da Comissão de Agricultores, senhores Pastor Wernes Fuchs, da Pastoral de Terra Eno Baron, Marcelo Blitsch; Guido Guinzell (Sindicato de Medianeira); Arnildo Schmidt; Olivio Mario; Envall e Orestes José Gasperin. Além destes, participaram ainda da reunião os Drs Marcos Lichtenstein; Luiz Affonso S. Medina; Prefeito Naudé Pedro Prates; Deputado Werner Wanderer; Fidelcio Tolentino e Nelson Miguel Friedrich e os senhores Andreilino de Almeida Junior, Leonardo Blitsch, Calixto Rodrigues Freitas, Celso Baron, Guido Schley, Fredolino Wagner, Adair Arnold, Alfredo Renner, Srta Noemia Renner, Ary Konrad (Comissão Pastoral de Terra), Ivo Adalanta (Sindicato de Medianeira), Hernani Pedro Pull (Sindicato de Medianeira), Aloisio Palmar (Comissão Justiça e Paz de Foz do Iguaçu).

REUNIÃO SEM IMPRENSA

Os representantes da imprensa escrita e falada, ao iniciar-se a reunião, por volta das 16 hs, foram barrados por funcionários da Itaipu, sob a alegação de que "cumpriam ordens superiores e nenhum jornalista ou reporter poderia entrar". A reação não se fez esperar e os profissionais que se deslocaram até Santa Helena protestaram de forma veemente, alguns conseguindo furar o cerco e passar, após o que os demais tiveram sua entrada franqueada, embora a contra-gosto daqueles que guardavam o portão. Assim, se fizeram presentes Lincon Leduc (Rádio Difusora Rondon), Anselmo Cordeiro e Marcos Grutzmacher (O Paraná), Cauby Silva e Roselmo Tavares da Silva (HOJE Foz) e os "Free-lancer" João Adelinho de Souza e Silvestre Duarte.

PAULO CUNHA POSICIONA ITAIPU

Abriendo a reunião, o Diretor Jurídico Adjunto da Binacional, Dr. Paulo José Nogueira da Cunha, procedeu à leitura da "Carta de Santa Helena", que lhe fora entregue, passando ao debate com os agricultores, afirmando que, de imediato, o reajuste de 100%

sobre os preços atuais não era possível, por maior que fosse a boa vontade da Itaipu, acrescentando que "o preço médio praticado em toda a área de Itaipu, até o momento, após os vários reajustamentos, foi de 140 mil cruzeiros por alqueire. Esta média foi baseada em mais de 2.600 hectares indenizados, com cujos proprietários fizemos acordos. A divisão feita nestas indenizações, nos deram esta média de 140 mil cruzeiros. Se dobrarmos esse preço do mês de julho, o valor do alqueire se elevará para 280 mil cruzeiros, portanto muito acima da realidade desta região". Alegou ainda o Dr. Paulo que o orçamento global da Itaipu destina apenas 6 a 7 por cento para pagamento de desapropriações e com a elevação desta verba para 12 ou 14 por cento, a construção da Usina sofreria solução de continuidade dentro de seu cronograma que vem sendo religiosamente cumprido.

DEPUTADOS E AGRICULTORES PROTESTAM

Reagindo às palavras do Dr. Paulo, manifestaram-se os Deputados Fidelcio Tolentino e Nelson Friedrich, na defesa das reivindicações dos agricultores, mostrando a disparidade de preço pagos pela Itaipu e os que os agricultores terão que pagar para adquirirem outras áreas, mormente tendo em vista a elevada taxa inflacionária.

Os Deputados exemplificaram e reforçaram suas alegações dizendo que "em julho do ano passado um alqueire de terra custava, mecanizado, cerca de 70 a 80 mil cruzeiros e hoje não se compra por menos de 200 mil.

Embora o preço médio em toda a área seja de 140 mil cruzeiros, as propostas da Itaipu aos colonos oscilam entre 114 a 120 mil por alqueire de terra nua, mecanizada. Este processo é injusto e não atende aos interesses dos colonos, pois o preço do alqueire aqui na região está entre 200 a 300 mil cruzeiros, pois não existe terra melhor do que esta aqui de Santa Helena e todos sabem disso muito bem".

Acrescentaram ainda os defensores dos agricultores que as primeiras propostas a serem indenizadas poderiam comprar terras naquela região até 200 mil cruzeiros o alqueire, porque a agricultura naquela época estavam siludidos e frustrados pelos prejuízos sofridos com geadas e o aviltament

ZD. 403. 11. P. 12

dos preços dos cereais, notadamente da soja, fenômenos estes que atualmente inexistem.

"Além do mais - alegaram - há que considerar-se uma figuração jurídica de grande expressividade, que é o lucro cessante, além do capital aplicado, áreas e clubes de lazer e recreação, rodovias, escolas e outras coisas a serem levadas em conta".

Inúmeros agricultores e representantes de entidades da classe também se pronunciaram, alguns com ânimos exaltados, tecendo acerbas críticas aos critérios adotados pela Itaipu no pagamento das desapropriações, inclusive em Cândido Rondon, onde segundo declararam, "a Itaipu ofereceu por um terreno com inúmeras benfeitorias, 119 mil cruzeiros por alqueire, mas no fim acabaria pagando apenas 105 mil, porque ela desconta água, estrada e outras coisas".

Outros colonos, em tom mais patético, embora denotando indignação, disseram que "não estamos pedindo que os sejam pagos os anos de vida que perdemos no trato da terra, plantando e colhendo para alimentar a população brasileira. Poderíamos estar em melhor situação construindo casas, galinheiros e chiqueiros para aumentar nossa produção e é triste ver tudo isso parado. Pedimos só o que é justo, o que é nosso".

PRESIDENTE DA FETAEP COMPARECEU

O Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (FETAEP), senhor Augustinho Bukoski, tão pronto se inteirou do que ocorria em Santa Helena por contato telefônico, mandou que os Sindicatos Rurais da região, em número de seis, enviassem seus dirigentes a fim de se integrarem ao movimento em Santa Helena, orientando-os no sentido de manterem os agricultores calmos, sem perturbação da ordem.

Por volta das 15 horas Augustinho Bukoski chegou em Santa Helena e lá permanecerá solidário com agricultores também promovendo demarches para que todos recebam um preço justo por suas terras e sejam definitivamente fixados em outras áreas do Paraná, o que impedirá que eles se desiludam e partam para o Paraguai, Mato Grosso ou outras regiões do país.

Aproximadamente as 19 horas a reunião foi encerrada, com os agricultores permanecendo no local, enquanto o Dr. Paulo retornava a Foz do Iguaçu, trazendo as reivindicações para serem submetidas à alta direção da Itaipu.

NOTA OFICIAL DA BINACIONAL

No dia 16, através de seu Diretor Jurídico Adjunto, Dr. Paulo José Nogueira da Cunha, a Itaipu Binacional distribuiu nota oficial à imprensa, a respeito das reivindicações apresentadas pelos agricultores da área que será inundada pelo reservatório da Hidrelétrica, cujo teor é o seguinte:

A Itaipu Binacional em reunião mantida com os líderes do movimento de reivindicações dos agricultores nos dias 14 e 15 de julho próximo passado informou aos mesmos o seguinte:

a) A entrega de títulos da Gleba Sol de Maio - Santa Helena, que foi desapropriada pelo INCRA para fins de regularização fundiária, está sendo agilizada, em trabalho conjunto INCRA e Itaipu. Até outubro ou novembro próximo já deverão ter sido entregues pelo INCRA todos os títulos de propriedade num total de 1.330.

O pagamento do título, quando houver, ficará suspenso até a celebração do acordo com Itaipu.

b) O Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura, informou à Itaipu que reativará o programa da Bolsa Agrária através da qual são cadastrados os imóveis rurais colocados à venda nas diferentes regiões do Estado.

A relação dos imóveis disponíveis à venda será semanalmente repassada à Itaipu, aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e à Comissão Pastoral da Terra para divulgação junto aos agricultores.

c) As redes elétricas, como já se informou anteriormente, serão indenizadas. A indenização das redes elétricas envolve entendimentos entre o proprietário rural, cooperativas e COPEL.

d) Entregue toda a documentação e celebrado o acordo a Itaipu terá condições de efetuar o pagamento da indenização no prazo de 15 dias, ao expirado.

e) A Itaipu irá reajustar as tabelas de preços a cada 120 dias com base nos índices da ORTN.

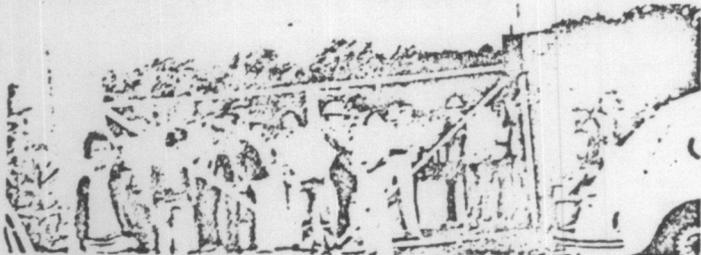
f) A Itaipu permitirá que o agricultor plante a soja no ano de 1981, para sua colheita até março de 1982, desde que retire as benfeitorias da área ocupada até dezembro de 1981.

g) A Itaipu dentro do prazo de 12 dias definirá a nova tabela de preços a ser aplicada nos futuros acordos de indenização, após prévio conhecimento pela Diretoria Executiva do Resultado do estudo de preços.

A Itaipu Binacional continua, como sempre esteve, aberta ao diálogo com os agricultores da área do reservatório.

Como não poderia deixar de ser, um poderoso e discreto esquema policial de segurança pública foi montado em Santa Helena, com participação de Guardas da Itaipu, Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Federal e outros órgãos de segurança, a fim de que a ordem e tranquilidade fossem mantidas, o que felizmente se verificou, pois os próprios agricultores fizeram questão absoluta em preservarem a serenidade para que as negociações pudessem chegar a bom termo.

Como sói acontecer nestas ocasiões, inúmeros elementos estranhos à classe dos agricultores se infiltraram no movimento e foram vistos conversando acaloradamente com os colonos ali acampados.



A seta mostra o repórter Cauby Silva, ao ser barrado no portão da Itaipu, tentando bater um foto dos funcionários que impediram a entrada da imprensa.

SANTA HELENA

MOVIMENTO DE DESAPROPRIADOS NÃO ABALA ADMINISTRAÇÃO

O dia 13 de julho foi um dia diferente para o município de Santa Helena dado a eclosão de movimento dos colonos expropriados pela Binacional Itaipu que decidiram agrupar-se frente aos escritórios daquela empresa apresentando reivindicações para a desocupação das terras a serem atingidas pelo represamento.

Tão logo o Prefeito Municipal de Santa Helena, senhor Naudé Pedro Prates, tomou conhecimento do fato, diligenciou todos os meios para a manutenção da ordem e a segurança dos colonos, para que o movimento pudessem realizar-se dentro de um clima de diálogo, a melhor maneira de encontrar-se solução para os problemas existentes. A equipe de saúde e saneamento da Prefeitura Municipal, manteve-se pronta para dar atendimento a qualquer emergência, assim com manteve um sistema de abastecimento de água potável, construindo sanitários e estabelecendo um perfeito serviço de comunicações entre os expropriados, nada deixando faltar em termos de assistência. O Prefeito Naudé Pedro Prates e o Deputado Werner Wanderer, em declarações públicas, hipotecaram apoio ao movimento, desde que este fosse pacífico e não viesse a quebrar os limites da ordem e da segurança pública, pois entendem que os colonos devam receber o que lhes é justo, assim com depositam confiança na Direção da Binacional Itaipu que, por seu turno dará a solução esperada por todos.

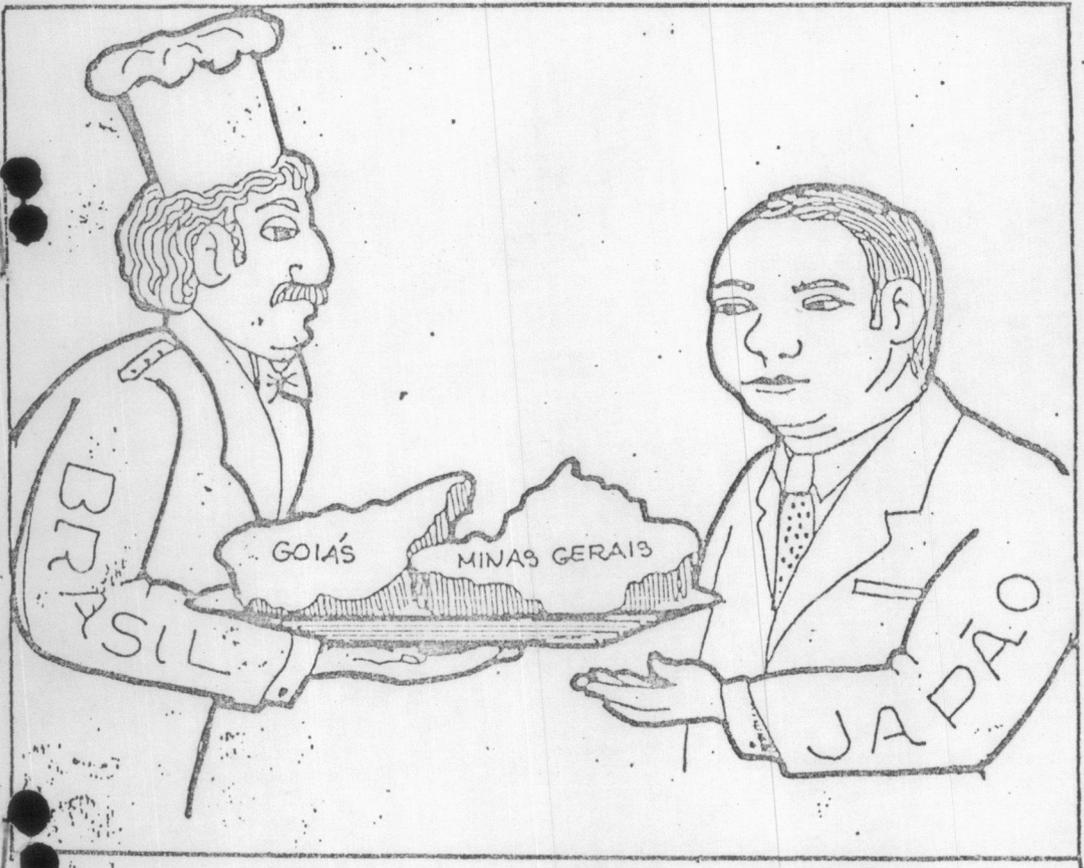
O Prefeito Municipal de Santa Helena, acompanhou todas as demarches havidas entre os colonos e o Dr. Paulo Cunha, diretor jurídico adjunto da Itaipu nos dois dias em que se procurou uma solução para os problemas expostos por uma Comissão de expropriados que, segundo os observadores, atingiu bons resultados, pois conseguiu sensibilizar a diretoria da Itaipu, que deveria atender os itens sugeridos pela Assembléia de expropriados, propondo o pagamento de indenizações no prazo de 15 dias, desde que o interessado apresente aos escritórios da Binacional toda a documentação da propriedade em dia; que os desapropriados permaneçam ocupando a terra por mais duas colheitas, desocupando-a a contar de março de 1982; deverá também reajustar os preços com base nas ORTN de quatro meses e de acordo

com os preços de terras da região Oeste. Os trabalhos foram encerrados no dia 15 por volta das 17:30 horas, quando o Dr. Paulo Cunha, não podendo atender ao pedido de reajuste de 100% nos preços das indenizações, cujos item seria de maior importância segundo fontes informativas da própria Comissão, disse que essa reivindicação deverá ser estudada pela Diretoria Geral da Itaipu que prometeu dar solução dentro de 12 dias, devendo com isso e, segundo decisão da Comissão, manter-se também por igual espaço de tempo frente ao Escritório da Binacional em Santa Helena. A vida da cidade não foi afetada pelo movimento, com o funcionamento de todas as repartições públicas em caráter normal, assim como não houve deturpação da ordem pública, prevendo-se um final que venha a agradar tanto a gregos como a troianos.



PARA QUEM FICA NOSSA TERRA

PARA ONDE VAI NOSSO POVO



CPT - REGIONAL CENTRO-SUL DE GOIÁS
REGIONAL DE MINAS GERAIS

TERRA
PRA QUEM
NELA TRABALHA

I N D I C E

APRESENTAÇÃO	página	1
1. O FATO	página	3
2. ONDE ESTÁ ACONTECENDO	página	4
3. QUEM É O RESPONSÁVEL	página	7
4. POR QUE ESTÁ ACONTECENDO	página	10
5. COMO O GOVERNO BRASILEIRO ESTÁ REALIZANDO O PROJETO	página	12
6. O QUE O GOVERNO DIZ SOBRE O PROJETO E A VERDADE ESCONDIDA	página	14
7. O QUE PODEMOS FAZER	página	22
8. PONTOS PARA DEBATE	página	24



APRESENTAÇÃO

Todos nós sabemos que a terra, um presente de Deus, deve ser utilizada para o bem de todos.

Ninguém precisa ficar repetindo muito que a terra precisa ficar à disposição de todos os que querem trabalhar nela para produzir muitos alimentos e, deste modo, fazer a vida do povo melhor.

Estas verdades, todos os trabalhadores sabem.

Mas, quem está mandando neste país, faz questão de esquecer tudo isto. Usa e deixa usar a terra brasileira para enriquecer uns poucos. Para beneficiar só os grandes daqui e de fora do Brasil.

Agora mesmo, está sendo encaminhado um jeito (que eles chamam de "Projeto") para entregar 60 milhões de hectares de terra, do Sul do Estado de Goiás e do Triângulo Mineiro, a umas empresas japonesas e uns investidores brasileiros.

E o governo, com o seu jeito de falsidade, vem dizendo que é para trazer o progresso, para beneficiar o povo.

A gente sabe que este projeto, como muitos outros, só vai resultar na expulsão e pobreza de muita gente da região atingida. E PARA QUE ?

Para satisfazer a ambição de riqueza dos grandes tubarões, que quanto mais exploram, mais querem explorar e enriquecer em cima da miséria do pobre.

E isto é uma coisa que continua e vai crescendo cada vez mais - como uma grande besta-fera - porque faz parte de um sistema - o sistema capitalista - que é contra a vida e os direitos dos pobres e humildes.

A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, ao distribuir este livrinho, quer denunciar esta opressão ao povo trabalhador na terra do Brasil.

Convida também, ao mesmo tempo, todos os lavradores, todo o pessoal da beira das cidades, os operários, a discutir o assunto e tomar uma posição.

E esta posição, baseada na força da união e organização de todos os explorados, será uma resposta contra esse grupo de opressores. Será um "basta" ao sistema capitalista desumano que eles nos impõem. Será também uma providência contra a fome e a miséria que estes projetos, impostos pelo governo e seus allados, trazem e vão trazer enquanto esta situação não mudar.

1. O FATO

O governo brasileiro está oferecendo ao Japão dois pedaços enorme de terras, como se fosse uma rapadura, numa bandeja de prata!

Ficamos sabendo essa história a partir do jornal "CINCO DE MARÇO". Dois deputados do PMDB, Hêlio Duque do Paraná e Jäder Barbalho do Pará, mais o deputado goiano Fernando Cunha lançaram todas estas denúncias. E a CPT (Comissão Pastoral da Terra); se preocupou muito em divulgar esta notícia e reforçá-la.

Posteriormente conseguimos a papelada oficial do governo brasileiro. E também um relatório do "IPEA", que é um instituto que faz planos econômicos para o governo. Desse modo todas as informações deste livrinho, não saíram de nossa cabeça. Todas elas tem documento. Infelizmente este plano de entregar a terra brasileira aos japoneses não é o único, pois já foram denunciados outros planos.

BRASIL: REPÚBLICA FEDERAL DO BRASIL - Brasília, 1979

TERMOS DE CONTRATO

MINISTÉRIO DA FAZENDA
BANCO CENTRAL DO BRASIL

Artigo 1º - Este contrato tem por objeto a aquisição de dólares para o financiamento da dívida externa do Brasil.

Artigo 2º - O valor total da aquisição é de \$ 1.231.644.000 (dois bilhões, duzentos e trinta e um mil, seiscentos e quarenta e quatro mil reais).

Artigo 3º - O prazo de entrega dos dólares é de 12 (doze) meses, a contar da assinatura deste contrato.

Artigo 4º - Os juros sobre o empréstimo são de 12% (doze por cento) ao ano, calculados sobre o principal e os juros acumulados.

Artigo 5º - Este contrato é celebrado em duas vias, de igual teor e conteúdo, uma para cada parte, e ambas com a mesma validade.

Artigo 6º - O Brasil obriga-se a fornecer ao Japão, em condições de preferência, a quantidade de dólares necessária para o pagamento das importações japonesas.

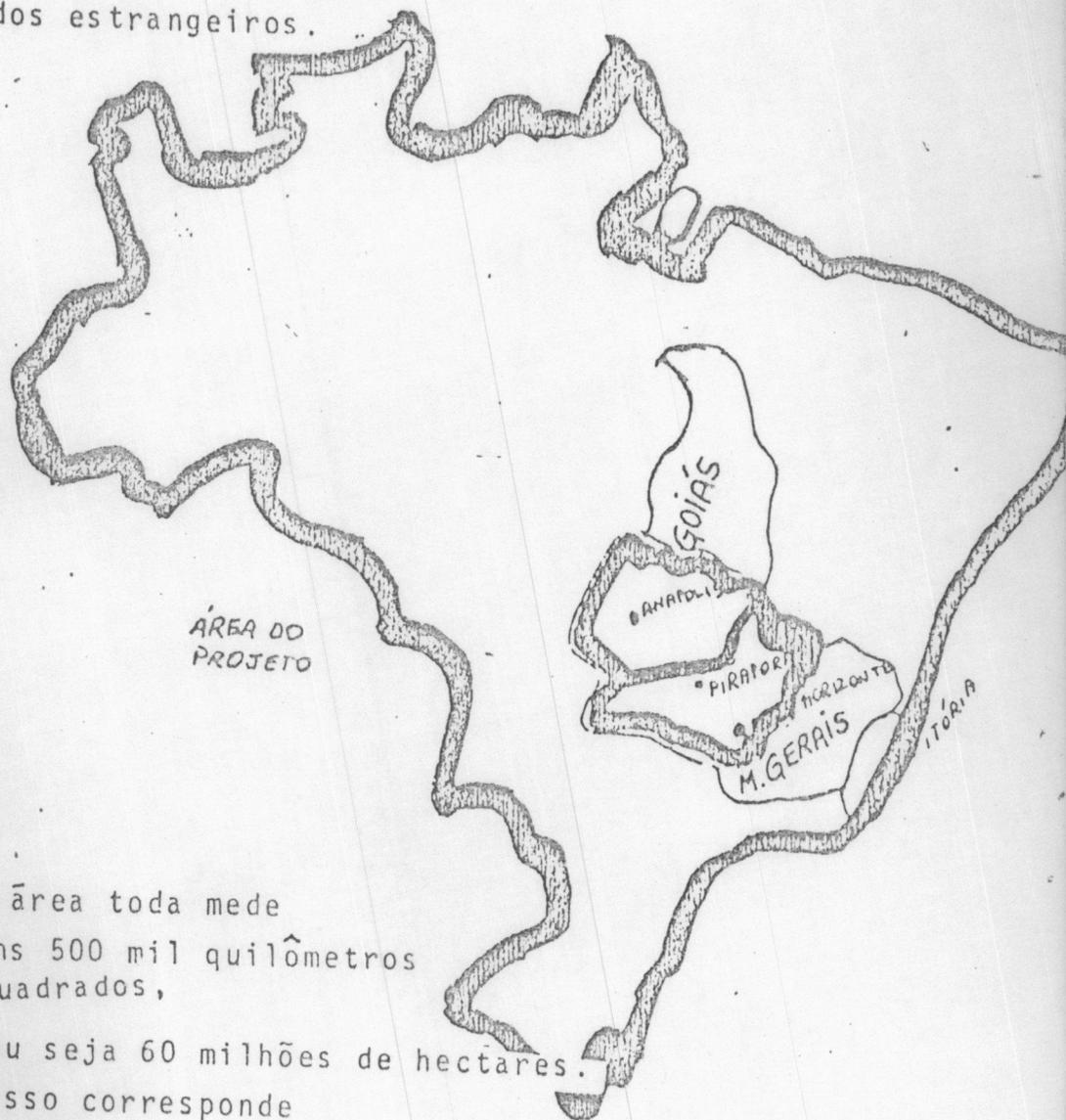
Artigo 7º - O Brasil obriga-se a fornecer ao Japão, em condições de preferência, a quantidade de dólares necessária para o pagamento das despesas de viagem dos japoneses.

Artigo 8º - O Brasil obriga-se a fornecer ao Japão, em condições de preferência, a quantidade de dólares necessária para o pagamento das despesas de hospedagem dos japoneses.

Artigo 9º - O Brasil obriga-se a fornecer ao Japão, em condições de preferência, a quantidade de dólares necessária para o pagamento das despesas de alimentação dos japoneses.

Artigo 10º - O Brasil obriga-se a fornecer ao Japão, em condições de preferência, a quantidade de dólares necessária para o pagamento das despesas de transporte dos japoneses.

Na parte central do Brasil,
como mostra o desenho,
há uma área muito grande
que despertou a cobiça
dos estrangeiros.



A área toda mede
uns 500 mil quilômetros
quadrados,

ou seja 60 milhões de hectares.

Isso corresponde

a 12 milhões de alqueires goianos.

Pega um pedaço do estado de Minas Gerais.

Mas o pedaço maior é do sul de Goiás.

(Notícia tirada do jornal "CINCO DE MARÇO" de

19 a 25 de maio de 1980)

Toda a terra atingida pelo projeto é cerrado. Todos os companheiros goianos e mineiros conhecem este tipo de chão. Tem um matinho baixo e ralo e não é muito bom para o plantio do arroz e do feijão. A não ser que seja irrigado e tratado de modo especial.

O Projeto Piloto

O plano inicial é chamado projeto piloto, porque é a primeira parte, e vai servir de base para o resto do projeto. Ele vai ocupar uma área de 50 mil hectares, ou seja mais de 10 mil alqueires. Será realizado no Estado de MINAS GERAIS

para o cultivo de:

- * SOJA= (um tipo de feijão de onde se tira o óleo)
- * MILHO
- * SORGO que serve para ração
- * TRIGO e CAFÉ em quantidade menor
- * EUCALIPTO

(Notícia tirada do documento oficial do Ministério

Deste projeto piloto participam:-

- * 40 proprietários individuais, com uma área de quase 100 alqueires cada.
- * 2 empresas de agropecuária com uma área de 2 mil alqueires cada.

Todos serão orientados pela companhia "CAMPO", uma companhia de promoção agrícola que ficará com os restantes 2 mil alqueires, destinados àquilo que ela achar melhor.

O projeto piloto já teve início com a compra, ou a desapropriação de terras dentro dos seguintes municípios

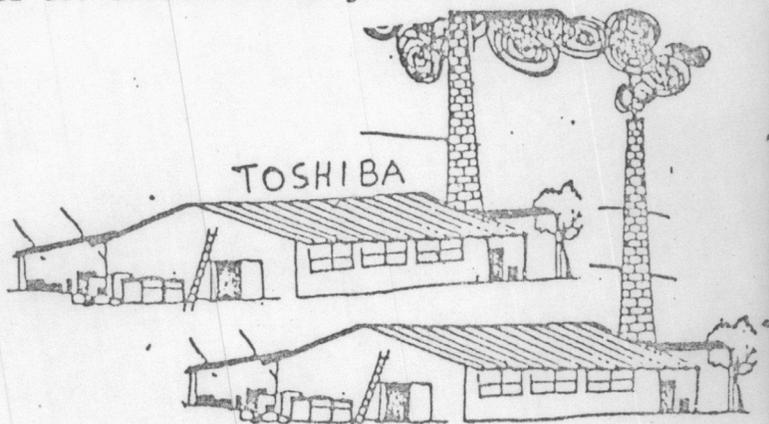
- IRAÍ DE MINAS
- NOVA PONTE
- ROMARIA
- COROMANDEL
- PATROCÍNIO
- GUIMARÃIA
- PATOS
- PARACATU e
- UNAI

(Notícia tirada do Jornal "CINCO DE MARÇO" de 19 a 25 de março de 1980).

No estado de Goiás - 7 - 2D 40B. 11 P24
por enquanto não sabemos
em quais municípios
o projeto vai começar.

São para esse plano inicial
o governo brasileiro
vai gastar
quase 223 milhões de cruzeiros.

(Notícia tirada dos documentos do governo brasileiro)



3. QUEM É RESPONSÁVEL

Acontece que o governo brasileiro vem olhando es
te cerrado desde 1970. Em 18 de setembro de 1976, o pre-
sidente Geisel assinou um acordo com o Japão, para dar pa-
ra ele toda essa área.

(Notícia tirada do comunicado oficial
do governo federal de 18.09.1976).

Participam do contrato 49 empresas japonesas, mul-
tinacionais, que formam um grupo muito forte chamado JA-
DECO.

Entre elas tem a TOSHIBA por exemplo que atua em
São Paulo explorando os operários e demitindo aqueles com

Tem outra como a KOMATSU que 2D.40B. 11.25
fábrica tratores e outros implementos agrícolas.

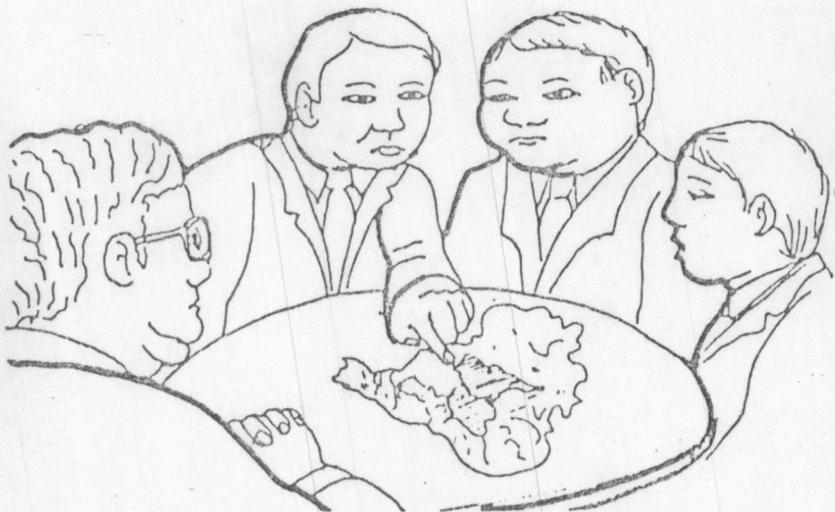
Este projeto também é uma oportunidade para invadir o mercado brasileiro destes produtos e talvez ter a preferência do governo para a venda.

(Notícia tirada do jornal "CINCO DE MARÇO"
de 19 a 25 de maio de 1980)

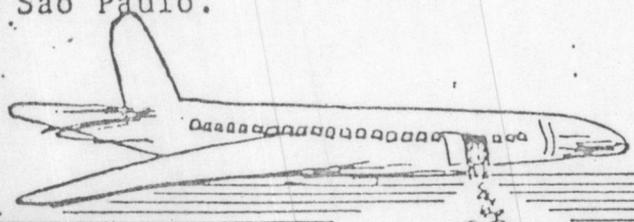
Quem representou o Brasil na hora de assinar o acordo foi a "CAMPO", quem aprovou foi o BANCO CENTRAL DO BRASIL.

O governo japonês foi representado pela JICA, que entre as 49 companhias, é aquela que põs mais dinheiro.

Pessoas do gabinete do Delfim Neto, o próprio ministro dos transportes Elizeu Resende, o presidente do INCRA Paulo Iokota, um representante do ministro da agricultura Isidoro Yamaka, um coordenador da secretaria de Planejamento Ikiro Ikeda, estão envolvidos na comilança da rapadura. Eles viajam para cá e para lá, foram no Japão, estão tomando parte no banquete, o bandeijão está farto...



No Brasil já existe um banco formado por um grupo de empresas criado só para isso que se chama BRASAGRO. Nesse banco entra dinheiro de vários Bancos, entre eles, do BANCO DO BRASIL, do Banco Nacional de Crédito e até da Eucatex que pertence ao Maluf, atual governador de São Paulo.



Em 1979 ficou pronta a última papelada, que é aquilo que um encarregado do governo brasileiro e 11 técnicos japoneses estudaram sobre o projeto. Só no ano passado vieram ao Brasil 29 turmas de japoneses para ver a terra e confirmar todos os acordos.

(Notícia tirada do jornal "CINCO DE MARÇO" dos dias 21 a 27 de abril e 19 a 25 de maio de 1980).

Quem pagou todas essas despesas? A resposta infelizmente é fácil demais. Foi o Brasil quem pagou, ou melhor...